

A CRISE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA NOVA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NA DEMOCRACIA

Pedro Luiz Ferro¹ pedroluizferro@uol.com.br

Edison Nunes² edisonnunes@uol.com.br

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil

RESUMO

O mês de fevereiro de 2017 foi marcado como uma das piores crises da Segurança do Estado do Espírito Santo - República Federativa do Brasil – devido a um movimento de greve iniciado pelas esposas dos policiais militares do Espírito Santo. Durante este período, cerca de 200 pessoas foram mortas e observou-se um estado de anomia na sociedade, o que culminou em uma intervenção Federal com a presença da Força Nacional e das Forças Armadas patrulhando as ruas. O estado do Espírito Santo nos últimos dez anos, com políticas públicas voltadas para o cidadão havia conseguido reduzir a letalidade da polícia e a violência generalizada em mais de 30%. As disciplinas de Direitos Humanos, Abordagem Social do Crime e da Violência e Cidadania foram inseridas na grade curricular dos cursos de formação dos policiais. Além disso, muitos cursaram ensino superior e escolas técnicas federais. No entanto, face as omissões do governo do Estado do Espírito Santo no que tange às políticas salariais e valorização da sua polícia, acabou indo em rota de colisão contra um modelo de comando que foi criado no tempo da ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985. Paradoxalmente, omissões e negligências imputadas ao Governo do Estado do Espírito Santo pelos policiais militares, que tangem às políticas salariais e a valorização profissional da categoria foram determinantes para o agravamento do movimento. O modelo de Polícia Militar do novo Estado Democrático de Direito ainda sofre influências do modelo de Polícia Militar utilizado durante o período da Ditadura Militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, principalmente quando o assunto é a inserção do policial militar como cidadão de direitos. Quando falamos de poder e a inserção dos cidadãos fazendo a sua parte da polícia militar, é possível observar que o mesmo passou *status* de passivo para ativo, vindo a discutir as políticas públicas e salários. Não podemos ignorar o fato de que estes fatores podem ser determinantes para a crise instalada. Tais crenças, contudo não são naturais, na construção de uma cidade da polícia militar. Ainda mais que seus familiares mantêm relações sócio-culturais e são base da nossa sociedade. Para um determinado indivíduo ou mesmo um ator coletivo, pode haver várias identidades políticas. Em termos de controle social, essas mudanças indicam que as convencionais restrições políticas e morais de um modelo, fora do regime militar, acabou por provocar uma crise em que hoje vivemos. Composta ou mais

¹ Psicólogo, Doutorando em Ciências Sociais PUC/SP

² Cientista Social, Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais PUC/SP

de dez mil homens da Polícia Militar do Espírito Santo iniciou um processo disciplinar que visa excluir sumariamente dois mil soldados, cabos de suas fileiras. Justamente os agentes de polícia que ajudaram a reverter às taxas de criminalidade. Grande parte deles são jovens, com idade aproximada de 21 e 25 anos. Pretende-se discutir se a polícia deve servir os cidadãos ou apenas as regras que usam um modelo de polícia verticalizado sempre para atender às demandas da sociedade a qual podem ser consideradas como privilegiada.

Palavras-chave: greve, democracia, representação social

Keywords: strike, democracy, social representation

Introdução

Desde o final dos anos 90 a mudança nos organismos das polícias militares do Brasil tem sugerido inúmeros estudos acadêmicos. Processos que visam incorporar mudanças contidas na Constituição Federal de 1988 têm sugerido aplicar conceitos de direitos humanos e uma maior proximidade com a população, proporcionando desta forma, a atuação da tropa.

O processo de seleção e atuação do policial militar visa uma política de gestão compartilhada e atuação da tropa junto à comunidade. Ainda assim, o processo de imagem da Corporação policial militar tem percorrido um longo e dificultoso caminho para que os índices de confiabilidade da população ganhem credibilidade.

A atuação da Polícia Militar (PM) tem como escopo e fator determinante uma formação eficaz, pois a nova polícia idealizada, depende diretamente do desenvolvimento de habilidades capazes de colocar em prática atitudes e conceitos devidamente enraizados na práxis do policial militar que opera junto à sociedade.

A vida cotidiana do policial militar é, por conseguinte, cheia de complexidades. Analisar e mensurar o que é idealizado e o que é realizado pela tropa cotidianamente devem antes de tudo abranger conhecimentos normativos de ordem jurídica e psicossocial. Contextualizar a autonomia do policial, ou seja, a sua práxis está indubitavelmente relacionada com as políticas públicas empregadas de forma horizontal dentro de um contexto nomeado como, Sociedade Democrática de Direito.

A história da Polícia brasileira, mais sucintamente a polícia do estado do Espírito Santo (Brasil) merece destaque neste presente artigo, pois diferente das estruturas e no modo de fazer policiamento dos demais estados, ela conseguiu - ao longo dos últimos

anos - reduzir significativamente os índices de violência através da aplicação de Políticas Públicas como: o Estado Presente e a Polícia Comunitária.

Através de fatos ocorridos durante a greve ocorrida em fevereiro deste ano, amplamente divulgados pelos meios de comunicação, partiremos para uma análise sócio-política que teve o objetivo de identificar quais fatores podem ter contribuído para o agravamento do movimento que desencadeou com a morte de centenas de pessoas e com uma onda de saques que levou o comércio local a um prejuízo milionário.

Para nossa compreensão, de como os policiais militares vêem o mundo social e de como eles enxergam sua própria realidade bem como seu papel neste contexto, temos que fazer menção a realidade policial, ou seja, falarmos da cultura policial que muitas vezes não está presente nos estudos acadêmicos. A partir de Reinner (2004) e Goldstein (2003), tornou-se necessário realizar uma análise do que eles fazem e como eles fazem, dentro do seu papel social.

Foram analisados conceitos que emergem dentro e fora dos quartéis, conceitos esses que ditam as regras dos policiais em sua práxis diária junto à sociedade civil a partir de Azevedo (2004). São regras, muitas vezes legais e outras, interiorizado através das representações sociais que ele se encontra inserido. Muitas regras são imperceptíveis ao olhar do pesquisador porque são princípios afetivos enraizados em suas ações como descreve Mesquita Neto (2011).

A Greve

Durante o mês de fevereiro de 2017, o estado do Espírito Santo vivencia a maior crise de sua história no segmento da Segurança Pública. Foram vinte e um dias de um movimento paralista iniciado pelas esposas dos policiais militares e que contou com mais de noventa por cento da tropa que é composta atualmente por dez mil policiais de ambos os sexos.

Como descrito acima, o movimento foi iniciado na primeira semana do respectivo mês pelas esposas dos policiais militares que se posicionaram na frente dos Quartéis da Polícia Militar do Espírito Santo fechando as entradas e não permitindo a saída das viaturas e dos policiais para exercer o patrulhamento.

Dentre as inúmeras reivindicações, estavam na pauta as reposições salariais, a substituição dos coletes balísticos com a validade expirada e compra de novas viaturas que se encontravam sucateadas pelo tempo de uso.

O que parecia ser somente um movimento pontual e sazonal tomou proporções impensáveis. Sem o policiamento motorizado e a pé, o caos tomou rapidamente conta da Grande Vitória, principalmente nas cidades de Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

Cabe salientar, neste caso, que o estudo das transformações internas na organização policial é uma dimensão essencial, no qual a profissionalização, a especialização e a politização da polícia se constituem em objeto de desenvolvimento substanciais, assim como a sua competência, consciência profissional, eficácia, é certamente muito desejável (Monet, 2006).

Para nossa compreensão de como os policiais militares vêem o mundo social e de como eles enxergam sua própria realidade bem como seu papel neste contexto, temos que fazer menção à realidade policial, ou seja, falarmos da cultura policial que muitas vezes não está presente nos estudos acadêmicos (Reinner, 2004).

Seguindo uma onda grevista jamais vista antes, na mesma semana, Unidades de Elite da PM (ROTAM³ e BME⁴) passaram a ter seu contingente aquartelado, porém, o discurso para imprensa era outro.

[...] Os policiais que trabalham no serviço administrativo estarão fazendo o policiamento ostensivo a pé. O Batalhão de Missões Especial e a ROTAM prestarão apoio a esses policiais caso seja necessário⁵ [...]

A sociedade em pânico transformou a cidade em um verdadeiro deserto em plena semana. Saques a todos os estabelecimentos comerciais, assassinatos, roubos e furtos a veículos passaram também a fazer parte do cotidiano das classes A e B da sociedade brasileira, composta por cidadãos mais ricos.

Cabe registrar que o estado do Espírito Santo, através da política do Estado Presente, implantada pelo governo anterior (Governo Casa Grande) havia conseguido reduzir os índices de criminalidade levando o estado de segundo para o oitavo lugar nos números de homicídios chegando a janeiro de 2017 a cerca de 40 homicídios em todo o

³ Rondas Ostensivas com Apoio Motorizado

⁴ Batalhão de Missões Especiais

⁵ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/exercito-comeca-atuar-no-es-apos-dia-de-caos-violencia-e-medo.html>

estado, ao passo que somente na primeira semana de fevereiro no dia 06, esse número já havia sido superado o número já passava de 62 homicídios com o movimento paradista.

Se observarmos através do viés da ordem jurídica, a polícia militar tem como missão divulgada oficialmente, uma tutela na qual assegura a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações e malefícios. Essa representação social da polícia remete a uma visão onde a farda se sobrepõe diante do sujeito. O papel da instituição e do sujeito muitas vezes se confunde. Neste caso descrito, não fica claro os limites da lei e das convicções pessoais (Azevedo, 2004).

A crise foi se agravando com as seguidas negativas de negociação por parte do governo e ainda mais com a substituição em menos de uma semana do Comandante da Polícia Militar que a menos de um mês havia assumido o cargo. O anúncio realizado no dia 06 de Fevereiro deixou os policiais perplexos, pois fora feito durante um programa da TV Gazeta, afiliada da TV Globo no Espírito Santo.

A Polícia Militar é parte integrante do sistema de justiça criminal. O que a Polícia Militar faz com esse sistema, afeta toda a rede que é composta por Delegados, Promotores e Juízes e o que cada um destes membros fazem afeta diretamente o trabalho da Polícia Militar sendo parte de um sistema de justiça onde também fazem parte, o sistema de ação social, de saúde mental e muitos outros sistemas que são designados para tratar de assuntos específicos. Quando esses outros sistemas descritos não são adequados, ou não trabalham regular e eficientemente, imensas pressões recaem sobre a Polícia Militar, prejudicando suas operações (Goldenstein, 2003).

O coronel escolhido pelo governador até então afirmava que a reivindicação era justa, mas conclamava os policiais a voltarem ao policiamento.

[...] Eu considero legítimas as reivindicações dos meus policiais, vou me tornar uma voz da instituição junto ao governo, para que essa situação seja revertida e os nossos policiais sejam valorizados. Mas não posso admitir como está, a Polícia Militar não vai abandonar a população capixaba⁶ [...]

Falava-se nos bastidores da PM que a troca foi realizada porque o então Comandante Geral da PMES discordava da desobstrução dos quartéis usando força

⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/exercito-comeca-atuar-no-es-apos-dia-de-caos-violencia-e-medo.html>

progressiva contra as mulheres dos policiais militares, o que poderia gerar um trágico desfecho.

[...] De acordo com informações colhidas junto a outros coronéis da PM, o coronel Laércio, que ficou apenas 21 dias no cargo, foi exonerado porque teria se recusado a cumprir ordens do governo, que teria exigido que o Comando-Geral da PM retirasse à força os familiares dos policiais militares das entradas dos batalhões e das demais unidades da PM⁷ [...]

Em meio ao movimento várias Associações de Policiais Militares passaram a integrar a negociação com o Governo, entre eles a ASPOMIRES⁸, AGEM⁹, ASOMES¹⁰, ASSES¹¹, e ACS/PM/BM/ES¹². As Associações passam a ter discursos diferentes. Algumas Associações que antes apoiavam o movimento passaram a negociar diretamente com o governo provocando o enfraquecimento do movimento.

Mil e duzentos homens do Exército, Marinha e Aeronáutica começam a chegar no Espírito Santo e o Comando da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) passa para as mãos do Governo Federal.

[...] Um decreto publicado no Diário Oficial do Espírito Santo nesta sexta-feira (08) transferiu o controle operacional dos órgãos de segurança pública para o general de brigada Adilson Carlos Katibe. O general é comandante da Força-Tarefa Conjunta, autoridade encarregada das operações das Forças Armadas, que terá o objetivo de garantir a ordem no Estado no período de 06 a 16 de fevereiro de 2017. A medida foi tomada, segundo o decreto nº 113, após a autorização do emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem no ES, em decorrência da paralisação das atividades dos policiais militares. O decreto foi assinado pelo governador em exercício, César Colnago, e pelo secretário de Estado de Segurança Pública, André Garcia¹³ [...]

A Força Nacional também se faz presente com viaturas e oitocentos homens. A referida Força é composta por policiais militares de todos os Estados da Federação. Ela também ficou subordinada ao General de Exército. Os municípios do interior do Estado não receberam os efetivos e a segurança pública foi realizada pelas frágeis Guardas Municipais que contam com pequenos efetivos e dispunham de pouquíssimas viaturas.

⁷ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/exercito-comeca-atuar-no-es-apos-dia-de-caos-violencia-e-medo.html>

⁸ Associação dos Policiais Militares da Reserva

⁹ Associação Geral dos Militares

¹⁰ Associação dos Oficiais da PM

¹¹ Associação dos Subtenentes e Sargentos

¹² Associação dos Cabos e Soldados dos Bombeiros e PM

¹³ Fonte: http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2017/02/noticias/47843-decreta-muda-comando-da-seguranca-do-es-para-general-das-forcas-armadas.html

Mesmo com todo esse efetivo os homicídios continuam a crescer chegando à casa de mais de cem vítimas. Parte do problema consistiu em um fator determinante. O desconhecimento dos territórios e a prática do policiamento ostensivo em boa parte somente realizado nas vias principais. Os homicídios continuavam a acontecer na periferia. O policiamento ostensivo era realizado por tanques de guerra blindados e helicópteros. Os tanques não tinham acesso a pequenas vias.

Se estabelecermos conceitos concretos da política da Polícia Militar pode se observar que há uma clara distinção entre a capacidade de planejamento e a efetividade da conduta do policial militar, naquilo que tange aos resultados esperados pela sociedade civil e pelos próprios governantes (Mesquita Neto, 2011).

Relatos de pressão psicológica dentro dos Quartéis da PM começam e ecoar na imprensa. Inúmeros policiais militares passam a ter crises nervosas. Grande parte relatou que se sentia pressionado pelos dois lados, pelas famílias e grevistas e pelos comandantes dos Batalhões.

[...] Nunca sofri tanta pressão na minha vida, desabafa o soldado B., integrante de um dos principais batalhões da Polícia Militar Vila Velha, no Espírito Santo. Desde que um grupo de mulheres de policiais militares foram para os quartéis de diversas cidades capixabas, há dez dias, o estresse e a angústia tomaram conta dele e dos companheiros. “Os comandantes pressionam para a gente sair o tempo todo dizendo que seremos punidos. As mulheres falam para a gente ficar e fortalecer o movimento que luta pela categoria. Minha mãe me liga cinco vezes ao dia para saber se estou vivo e, para completar, a sociedade me hostiliza¹⁴ [...]

A PMES, no auge da crise e dos inúmeros casos de crise nervosa não dispunha de psiquiatras ou mesmo de psicólogos no quadro do Hospital da Polícia Militar. Voluntários psicólogos e oficiais enfermeiros com formação em psicologia passaram a atuar. Uma médica psiquiatra voluntária passou mais de dezesseis horas no plantão do Hospital da Polícia Militar (HPM) realizando atendimentos tidos como emergenciais.

[...] Um psicólogo relata que episódios de surto e descontrole dos agentes aumentaram com a tensão da crise da segurança pública nos últimos dias. No domingo, um antigo aluno soldado mandou uma mensagem pedindo desesperadamente ajuda. “Escreveu que estava pressionado, precisando de um psiquiatra. Ele começou com um discurso suicida e vale lembrar que ele tem uma arma na mão¹⁵ [...]

¹⁴ Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487040180_539428.html

¹⁵ Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487040180_539428.html

São registrados casos de tentativa de homicídio e o Espírito Santo passa a ser alvo do noticiário internacional. Cerca de dois mil policiais foram afastados, ou seja, vinte por cento da tropa.

[...] Um psicólogo conseguiu encaminhá-lo para uma consulta com uma psiquiatra, mas, assim como o soldado B., ficou chocado ao ver a quantidade de PMs que estavam nos corredores do hospital esperando auxílio. “Uma tristeza, vi muitos de farda chorando como crianças. A questão é que eles não possuem assistência psicológica e estão com as emoções à flor da pele. Hoje, o que existe são voluntários do Conselho de Psicologia e da Universidade Federal do Espírito Santo que tentam ajudar”. A Secretaria de Segurança do Estado confirmou ao EL PAÍS que os agentes não possuem atendimentos nos quartéis e batalhões, mas podem pedir assistência no HPM. A secretaria não soube informar, no entanto, o número de profissionais da área que estão disponíveis para atender os policiais no hospital nem a quantidade de PMS que procuraram o serviço desde o início da paralisação¹⁶ [...]

As tentativas de negociação entre PM e Governo não avançam, prisões são autorizadas e mandatos de busca e apreensão são cumpridos pela corregedoria da PMES.

Parece incontroverso que as instituições especializadas surjam somente em sociedades relativamente complexas. Enquanto o policiamento pode ter origem em processos coletivos e comunais de controle social, forças policiais especializadas cresceram lado a lado com o desenvolvimento das desigualdades sociais e das hierarquias (Reiner, 2004).

Listas de policiais que foram indiciados são divulgadas pela imprensa, entre eles oficiais e praças, muitos continuam presos até a presente data.

[...] Os policiais militares que deixaram de trabalhar nos últimos dias no Espírito Santo começarão a ser punidos pela corporação. A Polícia Militar do Espírito Santo vai publicar nesta terça-feira (14) no Diário Oficial do Estado. Segundo a PM, serão publicados os IPMs referentes a dois tenentes-coronéis, um major e um capitão da reserva remunerada. Essas publicações são os primeiros IPMs instaurados de 703 policiais militares investigados desde então. Segundo a PM, serão publicados os IPMs referentes a dois tenentes-coronéis, um major e um capitão da reserva remunerada. Essas publicações são os primeiros IPMs instaurados de 703 policiais militares investigados desde então¹⁷ [...]

Na segunda semana da greve mais uma cena a chama a atenção da população. Após dois policiais sofrerem uma embosca próximos ao local de policiamento da cidade

¹⁶ Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487040180_539428.html

¹⁷ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/02/13/espírito-santo-começa-a-punir-policiais-aquartelados.htm>

de Cariacica, uma policial feminina foi alvejada no ombro, o comandante do Ciodes¹⁸ tem uma crise nervosa. “*Os policiais foram destacados para cumprir o policiamento a pé e por falta de viaturas dirigiam-se ao local com um carro civil pertencentes a um deles*” ficaram expostos ao perigo devido a não possibilidade de cobertura motorizada.

[...] O tenente-coronel Carlos Alberto Foresti foi hospitalizado na tarde desta quarta-feira (8) após ter uma crise nervosa enquanto estava a serviço. O militar é chefe do Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), no Ciodes. Segundo informações do major Roger Almeida, vice-presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), Foresti estava sob muito estresse nos últimos dias e surtou ao saber da notícia de que policiais militares tinham sido baleados em Flexal, Cariacica. Horas antes, ele havia alertado sobre o perigo de enviar policiais sozinhos para as ruas. Quando soube do crime, Foresti ordenou os militares que trabalham no Ciodes para desligar os rádios. Percebendo que o tenente-coronel estava muito alterado, colegas o levaram para uma sala separada e ele foi encaminhado a um hospital. Um coronel que também trabalha no Ciodes e estava próximo do fato o levou para o Hospital da Polícia Militar onde ele foi medicado¹⁹ [...]

As pressões foram se intensificando e o movimento foi perdendo força. Um projeto de Lei que muda os critérios de promoção dos oficiais e praças é aprovado em apenas um dia na Assembléia Legislativa, o referido projeto muda radicalmente os critérios de promoção para o posto mais alto da PM o de Coronel PM. Caberá ao Governador a escolha dos novos Coronéis após a apresentação de uma lista tríplice elaborada pelo Conselho de Promoções de Oficiais.

[...] Sob protestos de familiares de PMs, o projeto de lei que muda as normas de promoção dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros foi aprovado durante sessão extraordinária na manhã desta quarta-feira na Assembléia. Vinte deputados votaram a favor e sete foram contra. A única abstenção foi do deputado Erick Musso que, por ser presidente da Casa, não vota. Depois de aprovado, o projeto deve seguir ainda hoje para o executivo para ser sancionado por Hartung²⁰ [...]

O referido Projeto de Lei causou enorme descontentamento na tropa e foi alvo de protestos das principais associações e pelos familiares dos policiais militares.

[...] O projeto, em regime de urgência, foi apreciado na manhã desta quarta-feira (08) em uma sessão extraordinária na Assembléia Legislativa. Familiares de PMs fizeram uma manifestação na Assembléia com faixa e cartazes. Eles se mostraram revoltados como a votação foi feita, no modo de urgência, sem discussão. As medidas previstas no projeto de lei vão atingir cerca de 10% do quadro da PM, incluindo os oficiais atuam na área de saúde. Após a sanção do governador Paulo Hartung, as medidas passam a valer

¹⁸ Centro Integrado de operações e defesa social.

¹⁹ Fonte: http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2017/02/noticias/cidades/4022452-tenente-coronel-da-policia-militar-surta-e-e-hospitalizado.html

²⁰ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/html>

imediatamente, conforme explicou o subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado (PGE), Alexandre Nogueira Alves. A Associação dos Oficiais da Polícia Militar (Assomes) e demais associações de cabos e soldados e bombeiros já acionaram seus departamentos jurídicos para verificar se cabe alguma ação judicial em relação à votação do Projeto de Lei Complementar (PLC 04/2017) que altera a lei de promoção dos oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo²¹

No final do mês de fevereiro, totalmente enfraquecido, o movimento termina sem que nenhuma das propostas seja atendida pelo Governo.

Ao falarmos de poderes instituídos e da inserção do cidadão policial militar como um deles, pois não podemos ignorar que estes podem estar determinando ou defendendo determinados valores o texto pretende através de um mergulho na história Institucional da Polícia Militar do Espírito Santo investigar e talvez apontar como se deu a construção sócia histórica da Corporação, bem como e relações socioculturais, psicológicas e políticas que levaram a Corporação a mergulhar na crise atual.

Conclusão

Apesar das responsabilidades que a polícia possui em sociedade livre, é irônico constatar que nós, enquanto nação, dispensamos tão pouca atenção e de forma positiva e contínua, às suas necessidades para levar seu trabalho a cabo. Até muito recentemente as funções policiais não vinham sendo objeto de estudos sistemáticos. O interesse público no trabalho interno da polícia, sua administração, políticas, práticas e as leis sob as quais opera, tem se dado, na maioria das vezes, em resposta a denúncias de desmando de policiais ou em face da súbita descoberta de que as ações da polícia no passado não mais eram apropriadas para o presente. Inúmeras ondas de interesse público a respeito do trabalho policial varreram o país de ponta a ponta (Goldstein, 2003).

Finalmente, podemos concluir que a polícia se preocupou em erguer uma superestrutura sem ter preparado adequadamente a sua fundação, pois todo movimento de reforma foi estruturado visando quase que somente a melhoria da estrutura policial, a organização de pessoal, equipamentos como viaturas e coletes balísticos entre outros, sem ter dado a devida atenção a alguns dos problemas mais sérios e básicos concernentes ao policiamento de nossa sociedade. Entre eles há, sobretudo, a

²¹ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02.html>

ambiguidade que cerca a atividade policial e os numerosos conflitos e as contradições inerentes à operação policial (Reinner, 2004).

Referências

Azevedo, E.F. (2012). **O soldado policial militar e suas polícias: sua clientela e sua hierarquia**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil.

Goldstein, H. (2003). **Policiando uma sociedade Livre**. (Série Polícia e Sociedade, n.9). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Mesquita Neto, P. (2011). **Ensaio sobre segurança cidadã**. São Paulo: Quartier Latin; Fapesp.

Monet, J.C. (2006). **Polícia e Sociedades na Europa**. (Série Polícia e Sociedade, n.3) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Reiner, R. (2004). **A Política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.